

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 12 | Nº 34 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7148409>



SUBORDINAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO AO AGRONEGÓCIO E AO CAPITAL FINANCEIRO

Artur Bispo dos Santos Neto*

Resumo

No decorrer deste texto procurar-se-á apontar como o novo imperialismo e a nova dependência têm como ponto de inflexão a necessidade de aprofundar o processo de apropriação do excedente produzido pela classe trabalhadora mediante os mecanismos coercitivos e persuasivos, e como uma efetiva emancipação dos países periféricos, mesmo que subimperialista, somente será possível no quadro de uma revolução socialista. Isso implica a afirmação da impossibilidade de os países periféricos e dependentes alcançarem sua emancipação sob a lógica do capital. Parte-se do entendimento de que a apreensão das relações cotidianas da esfera política pela mediação dos determinantes estruturais esclarece a natureza da mundialização no quadro orgânico da dependência operada pela reprimarização econômica brasileira mediante o agronegócio (*agrobusiness*). Por fim, tentar-se-á apresentar uma análise conjuntural do governo Bolsonaro pela mediação da categoria da cooperação antagônica como instrumental da análise do desenvolvimento econômico brasileiro que encontra seu coroamento na unidade entre capital financeiro e agronegócio e no aprofundamento do antagonismo entre burguesia (burguesia financeira, agrária e industrial) e trabalhadores.

Palavras chave: Capital financeiro; Imperialismo; Nova Dependência.

Abstract

This text is going to describe in its course how the new imperialism and the new dependency has as inflexion point the need to deepen the appropriation process of the exceeding produced by the working class that has given the coercive and persuasive mechanisms, and how an effective emancipation from peripheral countries, although sub-imperialist, will be possible in the presence of a socialist revolution. This situation implies an affirmation of the impossibility from peripheral and dependent countries to reach their emancipation under the capital logic. It stems from the understanding that the apprehension of daily relations in the political sphere through the mediation of the structural determiners clarifies the nature in the globalization of the organic scene from this dependency operated by the Brazilian economic oppression to the agrobusiness. Thus, we try to present a conjectural analysis of Bolsonaro's government through the mediation of the antagonistic cooperation category as an instrument in the analysis of the Brazilian economic development that finds its crowning in the unit between the financial capital and the agrobusiness in the deepen of antagonism between the bourgeoisie (financial, agro, and industrial bourgeoisie) and the working class.

Keywords: Financial Capital; Imperialism; New Dependency.

INTRODUÇÃO

Uma análise de conjuntura brasileira deve levar em consideração os determinantes estruturais que perpassam a economia e como eles se configuram na esfera da cotidianidade. Isso implica o reconhecimento da necessidade de elucidar a peculiaridade do jogo de forças que molda a nova dependência econômica brasileira, tentando apreender os desdobramentos da crise estrutural sobre as

* Filósofo e doutor em Letras e Linguística. Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail para contato: artur.neto@ichca.ufal.br



vicissitudes da política econômica brasileira no contexto de ascendência do agronegócio e da extrema direita ao poder político na maior economia da América do Sul.

A compreensão da história do Brasil segundo os preceitos da dependência econômica do mercado mundial não pode traduzir-se na desconsideração dos fatores internos, para não incorrer no risco de fazer da história nacional um mero “epifenômeno” dos interesses externos, ignorando o jogo de forças internas e como as forças capitalistas endógenas interagem com as forças capitalistas exógenas, ou seja, como as variáveis internas entram em conexão com as variáveis externas no mercado mediante a mundialização da economia brasileira. Com isso, recusa-se a consideração do imperialismo como uma espécie metafísica de deus *ex machina* estático, bem como se rejeita qualquer tentativa de desresponsabilização da burguesia nacional acerca da trajetória socioeconômica dependente adotada.

A dependência é um mecanismo fundamental para assegurar o excedente produzido pelos trabalhadores para a burguesia nacional e internacional. A recorrência à teoria da dependência importa em apontar o movimento interno da correlação de forças existentes e como essas forças estão articuladas ao cenário internacional na forma do mercado mundial e/ou do imperialismo. Pela mediação da categoria da cooperação antagônica procurar-se-á demonstrar como subsiste uma relação de cooperação perpassada por contradições e como algumas dessas contradições antagônicas mostram-se conciliáveis, de um lado, e irreconciliáveis, do outro, o que revela os limites absolutos do sistema do capital.

COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA

A categoria da cooperação antagônica, utilizada por August Thalheimer (1946) e Ruy Mauro Marini (2013), esclarece as disputas do cenário político presente num contexto de crise profunda do sistema do capital. Primeiro, a contradição entre capital e trabalho; segundo, a correlação de forças tanto da relação interna da burguesia nacional consigo mesma quanto da burguesia nacional com a burguesia internacional.

Thalheimer (1946) adotou a categoria “cooperação antagônica” para indicar que o desenvolvimento das relações de produção, sob o signo da dominação imperialista e financeira, intensifica as contradições inerentes ao sistema do capital, contradições que se plasmam como mecanismos de defesa do próprio sistema centrado na apropriação de mais-valia.

A primeira coisa que precisa ficar clara é que a contradição fundamental da sociedade capitalista está centrada na contraposição entre capital e trabalho. Essa contradição se manifesta na contraposição irreconciliável entre burguesia (financeira, industrial, agrária e comercial) e proletariado, sendo este o



sujeito do processo revolucionário que pode, em unidade com camponeses e classes oprimidas, dirigir o processo de emancipação da humanidade do sistema do capital.

A contradição entre capital e trabalho emerge no terreno da economia ou da produção e reprodução da vida material, reverberando pelos demais complexos sociais, em que a política é categoria fundada e não fundante. Isso significa que a política expressa a temperatura da luta de classes e, particularmente, que o processo eleitoral e a democracia burguesa visam assegurar a reprodução da dominação do capital sobre o trabalho. A superação do sistema metabólico centrado na exploração do trabalho assalariado e na apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores passa por um processo revolucionário de natureza socialista e jamais pela tentativa de reformar o capital como tentaram fazer a social-democracia e os stalinistas mediante o etapismo revolucionário.

Cabe destacar que a contradição é da própria natureza do capital, pois o capital é contradição em essência. A contraposição entre capital e trabalho perpassa a história do Brasil desde a colonização lusitana, passando pela dominação inglesa e pela dominação norte-americana. A contradição também perpassa o movimento de constituição da burguesia como classe social, pois o desenvolvimento do capitalismo é norteado pela concorrência que gera os monopólios. O capital industrial estabelece as bases para o capital financeiro e a ascendência da etapa histórica do capitalismo dos monopólios enquanto sinônimo do imperialismo.

Marini (2013, p. 112) recorre à categoria da “cooperação antagônica” para explicar a relação estabelecida entre as burguesias duma economia dependente e as burguesias da econômica imperialista. A cooperação antagônica consiste numa forma de integração imperialista da burguesia nacional aos imperativos da burguesia internacional. Essas contradições se aprofundam na esfera interna quando acontece um processo de diversificação econômica e sua tentativa de superação do modelo agroexportador. Escreve Marini (2013, p. 113):

A diversificação econômica é acompanhada, portanto, de uma complexidade cada vez maior nas relações sociais, que contrapõe, em primeiro plano, os setores de mercado interno aos de mercado externo e, sem seguida, no coração de ambos os setores, contrapõe os grupos sociais que os constituem. Nem sequer o capital estrangeiro investido na economia pode fugir a essas contradições e se apresentar como um bloco homogêneo. O capital investido nas atividades de exportação (Anderson Clayton, United Fruit) não tem exatamente os mesmos interesses que aquele aplicado na produção industrial ou agrícola para o mercado interno [...]

A cooperação antagônica consiste num acordo em que a burguesia nacional aceita passivamente ceder uma parte expressiva do excedente resultante da mais-valia produzida com a burguesia imperialista internacional. A cooperação é antagônica porque as burguesias envolvidas no acordo têm anatomias distintas e interesses diferenciados, mas estão irmanadas na captura do tempo de trabalho



excedente produzido pelos trabalhadores. A diferenciação não implica uma ruptura, mas estabelece um novo ciclo da dependência, sendo positiva para burguesia nacional e profundamente negativa para a classe trabalhadora, porque se aprofundam os mecanismos de exploração da classe trabalhadora. O acordo inscreve-se perfeitamente dentro da lei geral da acumulação, em que acumulação de riqueza é acumulação de miséria.

Na sua *Crítica à razão dualista*, Francisco Oliveira (2013) assinala como a expansão das relações capitalistas no Brasil plasmou-se mediante a unidade dos contrários ou a unidade entre os setores capitalistas atrasados e os setores capitalistas modernos, com a constituição de um pacto não declarado entre os latifundiários e a burguesia industrial, a fim de assegurar a preservação da grande propriedade e a intensa exploração do trabalho rural e urbano. A contradição não ocorre somente na relação entre burguesia agrária e burguesia industrial, mas também no interior de cada fração de classe. Isso é demonstrado por Virgínia Fontes (2010, p. 231) quando, ancorada nas pesquisas de Sonia Regina de Mendonça, aponta a contraposição existente entre duas agremiações de latifundiários brasileiros.

A relação de contraposição estabelecida entre a SNA (Sociedade Nacional da Agricultura) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira) desvela a contradição existente entre a produção agrícola direcionada para o mercado interno (SNA) e a produção agrícola voltada para o mercado externo (SRB). A agremiação voltada ao mercado externo se autoproclamava como “moderna” devido à inserção tecnológica, enquanto a agremiação voltada ao mercado interno era considerada como “retrógrada” ou “atrasada”; no entanto, essas diferenças não se tornavam excludentes, mas complementares.

A diferenciação se inscrevia perfeitamente no quadro do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Desse modo, o capitalismo penetrou no campo e criou as condições para o agronegócio representado pela Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), enquanto porta-voz dos interesses da grande burguesia agroindustrial brasileira e dos grandes capitais multinacionais no campo.

No interior da própria burguesia industrial, é possível observar a presença de contradições reveladas nas lutas internas que envolveram a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) ao longo da década de 1990 e culminaram na formação das novas associações empresarias e agremiações burguesas como o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais).

Na história do Brasil, a burguesia industrial procurou, com a colaboração do Estado Novo e do populismo, uma mediação para constituir um mercado interno sem a interferência do imperialismo norte-americano. Para isso, ela estabeleceu uma espécie de pacto com a burguesia agrária exportadora; no entanto, a recomposição do imperialismo norte-americano na década de 1950 implicou uma nova colisão de forças, em que a burguesia industrial preferiu o caminho da conciliação ao enfrentamento e a uma possível revolução operário-camponesa nos moldes da revolução cubana. Acontecimento pouco



provável no Brasil, mas que serviu para unir a burguesia nacional em torno de um projeto de conciliação com a burguesia imperialista norte-americana. Diferentemente do proletariado, que somente pode tirar sua poesia do futuro, a burguesia e as classes intermediárias preferem recorrer ao passado quando percebem qualquer ameaça ao *status quo*.

A integração da economia brasileira ao imperialismo norte-americano deve-se em parte à incapacidade da burguesia agrária para assegurar a formação de excedente e dar continuidade ao desenvolvimento industrial do país mediante a importação de equipamentos e bens intermediários (MARINI, 2013, p. 140). A negação não emana somente do processo de integração imperialista posto em curso pelos países industrializados; essa negação tende a aprofundar-se ainda mais quando envolve as relações entre economias dependentes e economias imperialistas.

A cooperação antagônica no interior da burguesia pode representar somente uma alteração na estratégia para o capital domar o trabalho e assegurar o processo de expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores ou em posse dos camponeses, como aconteceu no golpe militar-empresarial de 1964. Este se constituiu como uma forma de cooperação antagônica em que os interesses da burguesia nacional e o os interesses do imperialismo foram assegurados. Explica Marini (2013, p. 114):

A cooperação antagônica entre burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é conduzida, assim, a um ponto crítico que já não lhe permite existir em sua ambiguidade e impõe um dilema entre cooperação, tendendo à integração, e o antagonismo, marchando rumo à ruptura. É o que ocorreu no Brasil de 1964

A burguesia nacional assumiria, doravante, papel coadjuvante no processo de penetração do capital financeiro no mercado interno, uma vez que ela não tinha como obstaculizar os interesses das grandes corporações internacionais. A redução dos lucros e a necessidade de ampliar sua capacidade de captura de mais-valia levaram a burguesia nacional a esquecer de suas diferenças internas e a aceitar a subordinação ao imperialismo norte-americano. Esta integração representou a atenuação da ruptura existente entre agricultura e indústria, o redirecionamento da economia brasileira para as transnacionais norte-americanas e a intensificação da subordinação política aos interesses das corporações estrangeiras. O que realmente preocupava a burguesia brasileira era a sua taxa de lucro. Para isso se fazia necessário:

A solução imediata dada ao problema pela burguesia implicava a contenção coercitiva dos movimentos reivindicativos e uma nova onda de modernização tecnológica que, aumentando a produtividade do trabalho, permitisse a redução da participação da mão de obra na produção e, portanto, o afrouxamento da pressão que a oferta de empregos exercia sobre o mercado de trabalho qualificado (MARINI, 2013, p. 151).



O golpe do regime militar-empresarial assegurou o estabelecimento das bases de todo o processo de internacionalização da economia brasileira. Os precedentes dessa integração pela cooperação antagônica têm suas bases na Instrução 113 do SUMOC (governos Café Filho e Juscelino Kubitschek), que facilitou a entrada de capitais estrangeiros e estabeleceu um compromisso jurídico da burguesia brasileira com as corporações imperialistas norte-americanas. Através do referido acordo estabeleceu-se uma indústria manufatureira com máquinas e equipamentos obsoletos existentes nos EUA (MARINI, 2013). A abertura ao capital estrangeiro e a presença das empresas multinacionais na economia brasileira resultaram num desenvolvimento completamente dependente.

NOVO IMPERIALISMO E NOVA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

O padrão de desenvolvimento econômico centrado no capital-industrial entra em crise na década de 1970 com a retomada na disputa imperialista do mercado internacional pela Alemanha e pelo Japão. A aparente expansão incontestável do capitalismo monopolista norte-americano sofreu um revés com a recomposição das economias imperialistas da Europa e do Japão, revelando as contradições do processo de integração por cooperação antagônica. Os EUA, que haviam ajudado a recuperar a economia dos países imperialistas afetados pela guerra, sofreram com a retomada do crescimento daquelas nações.

A cooperação antagônica revela-se quando os recursos dos EUA nas mãos das nações industrializadas serviram para estender suas fronteiras econômicas no processo de integração imperialista. Apesar de não poder retomar o ponto de partida que culminou nas duas grandes guerras mundiais, novas tensões se constituíram no interior das nações imperialistas, o que culminou com a crise estrutural do sistema do capital na década de 1970. A cooperação antagônica abriu “fissuras na estrutura do mundo imperialista” e atuou na perspectiva de “destruir as próprias bases dessa estrutura: os movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos” (MARINI, 2013, p. 112).

O poder do imperialismo norte-americano e das empresas transnacionais foi completamente assegurado com o regime militar-empresarial de 1964. Desde então a burguesia agrária e a industrial realizaram um acordo tácito com o capital financeiro ou imperialista, na perspectiva de fazer também sua transição ao capital monopolista. Pela mediação do Estado, as condições para a sua conversão ao capital financeiro foram realizadas paulatinamente; a maquinaria estatal realizou os processos de expropriação das riquezas naturais necessárias. A política de cooperação ou conciliação permitiu a entrada de capital estrangeiro no país, mas ele nunca foi superior ao volume de capital que saiu.



O processo de constituição da dependência da economia brasileira aos imperativos da colonização e do imperialismo pode ser configurado em três fases ou etapas, conforme apresenta sinteticamente Souza (2018, p. 3-4):

Especificamente no caso brasileiro, até os anos 1930 domina o formato tradicional, com o capital estrangeiro ingressando majoritariamente na forma de empréstimos ao Estado e investimentos na atividade agroexportadora e em alguns serviços públicos. Em seguida, na fase da nova dependência, de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, foi possível melhorar de posição no sistema capitalista mundial via industrialização, com investimentos diretos estrangeiros associados aos investimentos locais, estatais e privados. Finalmente a novíssima dependência, consolidada com as reformas neoliberais dos anos 1990, restringiria as chances de desenvolvimento com dependência, mesmo sob um prisma minimalista no qual isso significaria basicamente evolução das forças produtivas por meio da importação de tecnologia e penetração de empresas estrangeiras nas economias dependentes.

A predominância do capital financeiro a partir da década de 1970 constituiu, segundo David Harvey (2003), uma nova etapa do imperialismo; a concorrência interimperialista aprofundou as contradições do sistema do capital mediante a constituição de uma etapa histórica de crise estrutural do sistema, o que resultou numa nova dependência econômica dos países periféricos, por intermédio do crescimento da dívida pública. A impossibilidade de deslocamento das contradições recorrendo novamente ao expediente das guerras mundiais serviu de base para a hipertrofia do capital financeiro, que tem seu centro de reprodução no aprofundamento da dívida pública e na desindustrialização da economia brasileira.

O novo imperialismo (HARVEY, 2013) denota num aprofundamento da dependência econômica. Esse aprofundamento revela-se na intensificação da acumulação por “desposseção” ou via “espoliação”, presente nas relações pré-capitalistas. Assim, ao invés de continuar incentivando o desenvolvimento industrial dos países periféricos, prefere intensificar a destruição e a miséria da classe trabalhadora através duma nova dependência.

A integração imperialista acelerada da industrialização brasileira imposta pelos militares entrou em crise na década de 1980, quando o capital financeiro constitui-se como vetor predominante da economia mundial. Isso implicou a reconstituição do acordo estabelecido entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial, uma vez que o capital transnacional perdeu interesse pela continuidade do projeto de desenvolvimento acelerado da indústria nacional e transferiu seus investimentos ao mercado asiático.

Esse deslocamento levou ao acirramento da disputa entre as burguesias dependentes e as burguesias imperialistas, bem como entre as distintas burguesias dependentes, sendo atenuada pela privatização das empresas estatais, cujo enorme volume de riqueza foi deslocado para os aglomerados



estrangeiros e resultou na metamorfose da burguesia brasileira em burguesia internacional. A privatização das empresas estatais permitiu sua transformação em transnacionais e abriu caminho para a conversão da burguesia nacional em burguesia transnacional.

As bases para a transformação das empresas brasileiras em empresas transnacionais foram estabelecidas pelo regime militar-empresarial de 1964 mediante as imensas obras de infraestrutura voltadas ao mercado interno (Transamazônica, Angra dos Reis, Carajás etc.) e externo (construção da hidrelétrica de Itaipu), que propiciaram o fortalecimento das grandes construtoras (Odebrecht, Camargo Corrêa etc.) e dos grandes bancos (Bradesco, Itaú etc.). O processo de exportação de capitais pelas transnacionais brasileiras cresceu na década de 1980 e alcançou posição privilegiada na década de 1990 com o processo de privatização das empresas estatais e a política de incentivo e assistência aos bancos brasileiros (Proer).

A formação desses aglomerados nacionais, em conluio com as grandes corporações internacionais, aprofundou o processo de concentração e centralização das decisões políticas mediante o controle absoluto da maquinaria estatal. Essa centralização/concentração monopolista resultou indubitavelmente de uma intrincada rede multifacetada de organizações burguesas e de foros constituídos para além das fusões e incorporações que marcam o universo imperialista.

A intensificação da concentração/centralização tornou-se cada vez mais aguda com o processo de mundialização da economia brasileira, posto em curso entre 1960 e 2020, com o favorecimento de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs). Esse volume cresceu significativamente nas décadas de 1990 e 2010 com a privatização das empresas estatais, a elevação dos juros da dívida pública e o incentivo estatal aos processos de aquisição e fusões promovido pelo BNDES.

A entrada de IEDs desnacionalizou o setor produtivo brasileiro. Segundo Fontes (2013, p. 238, grifos da autora), “no Brasil, o processo pode ser caracterizado como um processo de internacionalização do mercado doméstico, como uma *introversão do capital estrangeiro*”. A introdução de capital estrangeiro alterou o pacto estabelecido internamente entre a burguesia agrária e a burguesia industrial-financeira. “Desse processo resultaria a manutenção da característica de grande país exportador de produtos primários e de produtos com uso intensivo de produtos de ‘escala intensiva’” (FONTES, 2010, p. 238).

A primazia do capital estrangeiro representou uma reconfiguração da relação existente entre agricultura e indústria, em que se inscreveu um processo crescente de destruição e desmonte do parque industrial nacional para atender às determinações do mercado mundial. A velha unidade estabelecida entre agricultura e indústria se desloca para a unidade entre agronegócio e capital financeiro, com a financeirização da produção agrícola. Segundo Bruno (2009, p. 114), “O agronegócio despontou como



palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação”.

O agronegócio plasma-se como mecanismo insular para assegurar uma nova aliança entre as empresas multinacionais e fazendeiros, grandes corporações transnacionais e grandes proprietários de terra. Na cooperação e subordinação estabelecida entre corporações do grande capital financeiro e grandes latifundiários torna-se possível aprofundar as expropriações por “espoliação” no campo, intensificar a exploração do trabalho, destruir o meio ambiente e saquear as riquezas naturais. A modernização do campo tem sido operacionalizada mediante articulação estabelecida entre capital agroindustrial, sistema de crédito e grande propriedade.

Para atender aos imperativos do mercado mundial, expresso na lógica da produção de *commodities*, o Brasil precisa entrar no fluxo da exportação e importação, mesmo tendo condições favoráveis de produzir grande parte daquilo que importa. A mundialização da economia impõe que o Brasil importe produtos manufaturados e destrua seu parque industrial e passe a constituir-se como uma espécie de celeiro do mundo exportando alimentos, grãos, minérios, celulose etc. Desse modo, o agronegócio pode crescer 11,7%, entre 2014-2017, enquanto o setor de serviços cai 5% e a indústria de transformação encolhe 12,1% (IEDI, 2018).

O fluxo de entrada de importação de produtos manufaturados e exportações de *commodities* permitem a entrada de capitais no Brasil na perspectiva de assegurar uma balança comercial favorável ao capital financeiro. O agronegócio serve como mecanismo de inserção da economia brasileira no mercado internacional, reconfigurando a cooperação antagônica configurada nos governos anteriores. Através do agronegócio procura-se dinamizar o complexo agroexportador brasileiro, enquanto instrumento fundamental para suprir o déficit no pagamento da dívida pública.

Pela mediação do capital financeiro se estabelece a unidade indissociável entre agricultura e indústria, em que a agricultura constitui-se, de um lado, como complexo absorvente da produção industrial e de inovações tecnológicas; do outro, a agricultura fornece a matéria-prima necessária para a produção industrial nos diferentes níveis de produtividade. Assim emerge as denominadas transnacionais brasileiras como JBS, Ambev, Gerdau, Votorantim etc. Não foi à toa que a produção agroexportadora (minérios e produtos agrícolas) passou a ocupar papel predominante nas duas décadas iniciais do século XXI. Uma análise realizada por Maria L. Silva (*apud* FONTES, 2010, p. 239) com as noventa maiores empresas nacionais detectou um processo crescente de migração dos grandes grupos econômicos para os setores commoditizados. Segundo Fontes (2010, p. 239):

As empresas brasileiras foram forçadas, pela exposição à concorrência internacional decorrente da abertura comercial e da desregulamentação dos anos 1990, a uma maior capacitação



tecnológica e à obtenção de escalas mais competitivas, procurando se inserir em nichos de mercado, intensivos em recursos naturais.

Isso explica o *boom* das *commodities* alcançado na época do governo Lula. Não se tratou de uma deliberação interna do governo, mas resultou da política de abertura para o capital estrangeiro, constituída desde a década de 1960 e aprofundada na década de 1990.

É preciso esclarecer que os governos petistas (2003-2016) não representaram nenhuma espécie de ruptura com o processo de internacionalização da economia brasileira sob o primado do capital estrangeiro e do agronegócio. As IEDs fizeram-se presentes de forma notável com a total anuência do BNDES, com forte intervenção na produção de *commodities*. O governo Lula foi a continuidade do governo FHC; não alterou em nada a política “neoliberal” adotada, de desenvolvimento econômico sob o total controle das IEDs. A novidade do governo Lula foi a conjuntura mundial (2003-2007) favorável às *commodities*. Ela foi realizada mediante uma completa reprimarização das exportações e a desindustrialização do parque nacional.

A desindustrialização da economia brasileira é considerada prematura, pois ocorre em um país que não alcançou o nível de renda *per capita* que os países desenvolvidos possuíam quando iniciaram o seu processo de desindustrialização. ..., a participação da indústria no valor adicionado do PIB, que chegou a atingir a 20% no final dos anos 1970, vem caindo desde o início dos anos 1980, mas se acentua a partir de 2008, quando cai de 14,5% para 11,2% em 2016, atingindo os níveis mais baixos no período pós-2a Guerra Mundial (OREIRO-PAULA, 2019, p. 17).

A desindustrialização da economia brasileira produz um efeito dominó porque arrasta consigo outros setores da economia. A indústria constitui um complexo ativo que incide dinamicamente sobre outros setores. Já a explosão das *commodities* sofreu duros abalos na década de 2010, com o rebaixamento de seu valor no mercado internacional. O *boom* das *commodities* não pôde interceptar a estagnação do setor industrial na década de 2010 e assegurar a continuidade dos governos petistas.

A partir de 2010, as empresas brasileiras começaram a manifestar os sintomas da crise econômica e entraram num processo de recessão financeira que dura até hoje. Os sinais de esgotamento das medidas econômicas e seus efeitos sob a massa dos trabalhadores serviram de fundamentação às manifestações de 2013 e ao *impeachment* de Dilma Rousseff.

A integração completa da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro pela mediação do agronegócio visa despejar a crise nas costas dos trabalhadores. A dominação do mercado interno pela cooperação antagônica do agronegócio com o capital financeiro implica o aprofundamento da dependência, porquanto a desnacionalização de seu parque industrial leva à “manutenção do país



como plataforma de expansão do capital multinacional aqui sediado. A desnacionalização, acoplada à dependência e à subalternização da burguesia brasileira em escala internacional, não foi revertida e, ao contrário, se aprofundaria” (FONTES, 2010, p. 239).

O GOVERNO BOLSONARO E A INTENSIFICAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES

A ascendência da extrema direita em escala mundial e, particularmente, no Brasil está relacionada à crise estrutural do sistema do capital e ao fracasso das tentativas de reformar o sistema do capital. A intensificação da crise econômica constitui a raiz fundamental da ascendência de um representante da extrema direita à presidência da República. A descontinuidade dos governos petistas na administração dos interesses e dos negócios da burguesia contra os trabalhadores no Brasil e a ascendência de Jair Bolsonaro ao poder central revelam o fim da política de conciliação de classe e a impossibilidade de se fazer qualquer espécie de concessão aos trabalhadores.

A intensificação das contradições do sistema do capital denota a necessidade de aprofundar os mecanismos políticos para minimizar os efeitos deletérios da crise econômica. O governo Bolsonaro pretende aprofundar o programa aplicado pelos governos passados, com o acirramento da dependência do capital estrangeiro (IEDs). A palavra de ordem é ajuste fiscal imediatamente: elevar a receita para pagar a dívida pública e financiar os capitalistas do agronegócio, diminuir as despesas com os serviços públicos e com os funcionários públicos.

O governo Bolsonaro tenta se credenciar na perspectiva de fortalecer o pacto entre as distintas frações da burguesia nacionais e internacionais mediante a aplicação dos ajustes econômicos (desregulamentação, privatizações, cortes dos gastos públicos). A receita neoliberal aplicada no passado demonstrou que ela serviu tão somente para aprofundar a dependência da economia brasileira à economia mundial, operando uma profunda mundialização da economia brasileira. Os índices baixíssimos de recuperação econômica entre 2018 e 2022, a despeito da contrarreforma trabalhista e da contrarreforma da Previdência, confirmam que inexistente saída em curto prazo para a economia nacional.

A conquista do Estado pela extrema direita no Brasil denota a necessidade do agronegócio e da burguesia financeira aprofundar os ataques aos trabalhadores pela mediação da violência aberta e declarada. A ditadura do capital realiza-se por intermédio do aperfeiçoamento do aparato repressivo do Estado, no sentido de assegurar a efetivação das políticas de ajustes neoliberais contrárias aos interesses dos trabalhadores. O capital tem sempre a seu dispor a maquinaria repressiva do Estado para assegurar a dominação sobre o trabalho. O governo Bolsonaro coloca-se à disposição para ser seu fiel escudeiro de



plantão. Ele sem sombra de dúvida representa os interesses do agronegócio, isso implica que é o governo que representa o setor mais poderoso da economia brasileira.

O aprofundamento da agenda neoliberal do referido governo revela-se na pauta dedicada à constituição da Carteira Verde-Amarela, na privatização das empresas estatais (BR Distribuidora e Petrobras), na ampliação da abertura comercial com redução das tarifas alfandegárias, no estabelecimento de acordo de livre comércio com a União Europeia, num maior intercâmbio comercial e militar com os EUA e Israel, no ajuste fiscal como forma de atrair o capital estrangeiro e aumentar a confiança dos empresários no governo, e especialmente na deliberada expropriação das terras indígenas, quilombolas e dos camponeses. As medidas adotadas pelo “thatcherismo” tupiniquim estão longe de resolver os problemas da economia brasileira, porque sua política assentada na contração econômica não resultará num salto “neodesenvolvimentista” e de crescimento expressivo. Todas as medidas adotadas tão só confirmam a hegemonia do contracionismo econômico e o aprofundamento da crise.

É importante destacar que o governo Bolsonaro representa tanto a continuidade do governo Lula quanto a descontinuidade em relação aos governos petistas (Lula e Dilma). A continuidade manifesta-se na política de ataque aos direitos dos trabalhadores, no atendimento às demandas do capital financeiro, no processo de privatização, no aprofundamento da dependência do imperialismo chinês e norte-americano; a descontinuidade revela-se no fim da política de conciliação de classe, na intensificação dos ataques aos direitos dos trabalhadores, na constituição de uma agenda agressiva contra as organizações dos trabalhadores (especialmente no campo). Representa também uma descontinuidade em relação à política econômica que pretendia beneficiar determinadas transnacionais brasileiras (Odebrecht, Petrobrás, JBS etc.) em detrimento do grande capital transnacional e do agronegócio.

A cooperação antagônica continua sendo fundamental na etapa histórica do governo Bolsonaro no sentido de assegurar uma profunda expansão do agronegócio, nas expropriações das terras públicas e devolutas, no rebaixamento agressivo do valor da força de trabalho (trabalho análogo ao escravo). A tentativa de aprofundar o processo de acumulação por “espoliação” não pode efetivar-se sem acirrar a intensificação da luta de classes no campo.

O que preocupa burguesia transnacional brasileira e o grande capital financeiro é a taxa de lucro. O lucro das grandes corporações multinacionais precisa ser ampliado e as políticas estatais devem colaborar nesse sentido, pouco importa a sua configuração política: democracia, ditadura, bonapartismo, neofascismo. Os interesses do capital precisam ser assegurados em curto espaço de tempo. O capital tem urgência. O governo Bolsonaro descarta a política de conciliação de classe porque o capital não pode fazer concessões aos trabalhadores. O projeto da social-democracia de reformar o capital caiu completamente por terra, pois não é possível reformar o capital.



A crise tende a intensificar-se porque todas as medidas econômicas adotadas para salvar os capitalistas e as grandes corporações transnacionais são inócuas. Fracassaram todas as previsões de que a economia brasileira iria se recuperar em 2020 e que tudo não passava de uma questão de tempo. A economia brasileira não se recuperou ao longo de 2019 mesmo com a liberação de 42 bilhões de reais do FGTS. As taxas econômicas permaneceram estagnadas e denotam que entre 2010-2020 a economia brasileira entrou num processo irreversível de queda do crescimento. Entre 2014-2016, a taxa média do PIB foi -1,87%; a taxa média de crescimento entre 2017-2019 não passou de 0,98% a.a. Os setores que continuam auferindo crescimento são: 1) os banqueiros devido ao aumento da dívida pública; 2) o setor agropecuário, devido à ampliação das exportações, especialmente agora com a demanda pela carne bovina no mercado asiático; 3) as *commodities*, devido à desvalorização cambial;

A crise econômica se manifesta especialmente na estagnação da indústria brasileira, elevada taxa de desemprego (12,3%) em 2019 e, ainda, na ampliação das desigualdades sociais.

[...] segundo Barbosa (2019), em meados de 2014, os 50% mais pobres se apropriavam de cerca de 5,7% de toda a renda de trabalho, enquanto que no 1o trimestre de 2019 essa proporção caiu para 3,5%, uma queda de quase 40%. Já os 10% mais ricos da população que recebiam cerca de 49% do total de renda de trabalho em meados de 2014 aumentaram para 52% no início de 2019, um aumento de 30% na fração da renda apropriada pelos 10% mais ricos (apud OREIRO-PAULA, 2019, p. 6).

Para justificar a crise do sistema do capital, lança-se mão de todas as justificativas. Num ano foram as condições climáticas, no outro foi a greve dos caminhoneiros; até o coronavírus aparece agora como culpado pela queda de mais de 440 bilhões na Bovespa na semana do Carnaval. Na verdade, a orgia báquica do capital financeiro parece mostrar seus limites, e isso impõe a necessidade de os trabalhadores construírem a ofensiva de massa socialista. A cooperação antagônica entre capital e trabalho evidencia a necessidade de o trabalho se erguer contra o capital e destruí-lo definitivamente para o bem da humanidade, eliminando todas as formas de dependência e subordinação ao capital.

CONCLUSÃO

Primeiro aspecto: a crise econômica coloca a necessidade de mundialização das empresas brasileiras, que se transformam em multinacionais, pois o mercado interno passou a ser controlado pelo capital estrangeiro. Segundo aspecto: a crise exige que a burguesia (agrária, financeira e industrial) centrada na produção de *commodities* intensifique o processo de exploração do trabalho e acentue os processos de expropriação das riquezas naturais. Terceiro: a crise impõe o estabelecimento de novas



restrições ao processo de importação de tecnológica de ponta. Quarto: a crise impede qualquer concessão aos trabalhadores. Quinto: a crise leva ao desespero da pequena burguesia, porque esta teve reduzido seu poder de compra com o endividamento e a impossibilidade de obter novos empréstimos: 44% das famílias brasileiras estavam endividadas em 2019 (OREIRO-PAULA, 2019, p. 10). Sexto aspecto: a crise coloca a necessidade da intervenção repressiva do Estado (Governo Bolsonaro), mas ela não poderá conter a ofensiva das massas operárias e camponesas. Sétimo: a crise serve como justificativa para aprofundar os ataques aos servidores públicos (PEC 055, PEC Emergencial). Oitavo: nota-se uma queda de investimento público (4,06 em 2013 para 2,43 em 2018), o que implica o aumento do desemprego.

O capital procura sair da crise repassando o custo para a classe trabalhadora. No entanto, a crise tende a intensificar-se devido à constante queda no valor das *commodities*, à guerra comercial entre EUA e China, à recessão na Argentina e em outros países da América Latina. Além dos fatores externos que incidem sobre a economia brasileira mundializada, subsistem contradições internas motivadas pelo aprofundamento das medidas neoliberais num contexto em que inexistem empresas estatais grandiosas para serem privatizadas e se verifica o profundo crescimento do desemprego e de relações de trabalho análogas à escrava.

Nesse contexto, a resistência não é suficiente para derrotar o capital. É preciso passar imediatamente da política defensiva para uma ofensiva de massa socialista. Não há a menor possibilidade de derrotar o capital com uma política de resistência e de guerrilha; é preciso passar à política revolucionária e ao ataque direto às estruturas que reproduzem o sistema do capital, como o trabalho abstrato e o Estado.

A ruptura com a ordem do capital não pode emanar das contradições manifestadas pelas disputas endógenas da burguesia e da pequena burguesia, mas somente da classe trabalhadora enquanto classe responsável pelo conteúdo material da riqueza da sociedade. A burguesia e os movimentos pequeno-burgueses não podem apresentar uma alternativa ao sistema do capital, daí ser preciso ir além do capital. Os trabalhadores devem aproveitar as disputas internas da burguesia em escala nacional e internacional para fortalecer sua estratégia de constituição de uma alternativa efetiva ao sistema do capital.

O esgotamento da política de conciliação de classe e o acirramento da contraposição entre capital e trabalho coloca na ordem do dia a necessidade do socialismo como alternativa efetiva para a humanidade. E enquanto os trabalhadores não apresentam uma saída radical, a extrema direita procura antecipar-se ao movimento revolucionário apresentando a contrarrevolução com roupagens novas para assegurar a sobrevivência do grande capital financeiro, do agronegócio e da burguesia transnacional.



REFERÊNCIAS

BARROS, J. R. M. “A indústria e o agronegócio brasileiro”. **Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial** [2018]. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 01/03/2020.

FONTES, V. “O imperialismo brasileiro”. *In*. INSTITUTO ROSA LUXEMBURG *et al.* **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

HARVEY, D. O “‘novo imperialismo’: ajuste espaço-temporais e acumulação por desapossamento”. **Portal Eletrônico da PUC-SP** [2003]. Disponível em: <www.pucsp.org.br>. Acesso em: 01/03/2020.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. “A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar”. **Research Gate** [2019]. Disponível em: <www.researchgate.org.br>. Acesso em: 01/03/2020.

SOUZA, A. M. “Novíssima dependência, descolonialidade e desconexão”. **Memorias del XV Coloquio Internacional de Geocrítica las Ciencias Sociales y la Edificación de una Sociedad Post-Capitalista**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2018.

THALHEIMER, A. “Linhas e conceitos básicos da política internacional após a II Guerra Mundial: 1946”. **Centro de Estudos Victor Meyer** [1946]. Disponível em: <www.centrovictormeyer.org.br>. Acesso em: 01/03/2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 12 | Nº 34 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima